

Argentina segue Brasil e pára de pagar dívida

HUGO MARTINEZ
Nosso correspondente

BUENOS AIRES — "Desde terça-feira a Argentina entrou em moratória de pagamentos ao Exterior", confirmou ao *Estado e Jornal da Tarde* uma alta fonte da equipe econômica argentina.

O Banco Central da República Argentina, terça-feira, não encaminhou nenhum pagamento externo. Dos que estavam em andamento somente em alguns casos houve continuação do processo. Nossa fonte afirmou que a decisão de moratória responde a uma instrução expressa do presidente Raúl Alfonsín à equipe econômica.

"Não é uma moratória que tenha a sua origem na falta de meios de pagamento. Existe um nível de reservas internacionais suficiente para continuar com eles. A origem é exclusivamente política, segundo entendemos no Ministério da Economia", comentou nosso informante.

A viagem do secretário da Fazenda, Mário Brodersohn, à Brasília, anteontem teve como objetivo informar diretamente ao presidente José Sarney e ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a decisão argentina. Uma foto indiscreta para o governo de Buenos Aires, tirada no fim da entrevista, revelou a presença de Brodersohn e, pouco depois, filtrou-se a mensagem que havia levado. Não é a primeira vez que a Argentina entra em moratórias breves e silenciosas. Desde que Alfonsín assumiu a presidência, podem ser lembradas três oportunidades e em nenhuma delas houve uma declaração formal.

Na semana passada um diretor do Banco Central argentino disse ao *Estado e Jornal da Tarde*, quando consultado sobre uma eventual moratória: "Existe três métodos, pelo menos, para fazê-la. Uma delas é o estilo brasileiro, que consiste em entrar em moratória e expressá-la em uma declaração formal. Outro é entrar em moratória sem declará-la oficialmente. E o terceiro sistema é entrar em moratória conjuntamente com outros devedores". O diretor não especificou se a Argentina havia optado por algum desses três métodos.

A decisão argentina tem um marco nacional e outro externo. No de ordem doméstica, um dos pontos mais conflitantes da oposição é o que exige maior firmeza oficial contra o Fundo Monetário Internacional. Na greve geral do dia 14, o secretário da CGT, Saul Ubaldini, enfatizou o tema.

Alfonsín, ao decidir-se pela moratória, recupera a iniciativa política e acaba com bandeiras da oposição.

No de ordem externa, há necessariamente que se pensar que na última reunião em Punta Del Este dos oito ministros de Relações Exteriores dos países do Acordo de Cartagena, e do grupo de apoio, o tema foi tratado. Essa reunião foi preparatória ao encontro de presidentes que se realizará no balneário de Acapulco (México) no dia 28 de novembro. Se nessa reunião Alfonsín defender uma moratória conjunta como metodologia de negociação, não há dúvida que se produzirá um acontecimento político e econômico de máxima importância.

"Nossos diálogos com o FMI, na semana passada, ofereceram alguns pontos de discrepância. O Departamento de Estado interveio para que o FMI flexibilizasse relativamente sua posição", disse um dos negociadores argentinos.

"A dívida é impagável. Todos sabem, os devedores e os credores. É preciso enfrentar essa realidade com sinceridade. Em algum momento os credores devem aceitar isso", sintetizou nossa fonte.